

Editorial

Dossiê “Culturas, tradições e etnicidades”

O estado de Santa Catarina é amplamente conhecido como “o estado mais europeu do Brasil”, graças à midiatização acerca da ascendência alemã, italiana e açoriana de sua população. A fama não se dá por acaso, já que as próprias instâncias governamentais encarregadas de promover a imagem do estado veiculam tal discurso. A insistência em divulgar as heranças supostamente centro-europeias de Santa Catarina é reforçada pelo calendário oficial de festas, que anualmente reinventam e ressignificam tradições associadas à cultura europeia trazida por parte dos imigrantes que aportaram em nosso estado. A historiografia catarinense vem se preocupando, nas últimas décadas, em relativizar essa identidade eminentemente europeia, destacando a presença de outras etnias na formação do povo e da cultura do estado. Essa preocupação, no entanto, ainda não possui força fora do campo acadêmico.

Dessa maneira, discussões sobre outras heranças que não a da Europa central são ainda muito pertinentes no contexto da historiografia, uma vez que passam a ser verdadeiras problematizações contra a corrente. Esta edição da *Revista Santa Catarina em História* visa dar espaço para tais debates. Os artigos aqui publicados, além de analisarem as tradições de origem europeia de uma maneira crítica, dão visibilidade para a presença de outras etnias na construção sócio-histórica de nosso estado, mostrando que a população e a história de Santa Catarina compreendem uma complexa diversidade cultural.

Tiago Linhares Weber mostra-nos como é rica e complexa a história da religiosidade de origem africana em Santa Catarina. Acompanhando a formação de uma nova vertente da Umbanda – o ritual de Almas e Angola –, o autor estuda fontes da própria intelectualidade umbandista e apresenta todo um debate a respeito da prática, a mais difundida em Florianópolis. Esta não aparece, portanto, como uma tradição importada, mas sim como um processo cultural desenvolvido na própria região.

Com sua “História Kaingáng através do ritual do Kiki”, Lucas Alves da Silva apresenta um trabalho que discute as relações entre políticas indigenistas e o ritual de culto aos mortos que beirou a extinção na primeira década dos anos 2000. O autor tem como fonte primária os “Ensaio sobre a Etnologia Brasileira”, de Baldus, e nos leva a conhecer toda uma outra esfera de experiência religiosa formada e vivida no estado.

Pamella Amorim Liz analisa o processo de criminalização de práticas populares de cura nas primeiras décadas republicanas em Florianópolis. Em um momento em que a

medicina ganhava força e as práticas de cura tradicionais passavam a ser desautorizadas pelo discurso médico, os jornais catarinenses tiveram um importante papel na criação de uma imagem negativa dos curandeiros e das benzedeadas.

A influência sírio-libanesa na capital catarinense é discutida por Daniela Siqueira de Menezes no seu artigo sobre o trabalho e a prosperidade comercial daqueles imigrantes. Sua atuação, como a autora mostra a partir da imprensa, foi para além da comercial e revela-se como mais uma herança cultural de que a cidade vem a se apropriar.

Utilizando como exemplo os aldeamentos do Vale do Itajaí, em que a presença da etnia indígena Xokleng era marcante, Camila Nascimento Azevedo analisa os embates entre a ideia de trabalho para os indígenas e para os imigrantes europeus. A autora também discute sobre a invisibilização dos povos indígenas catarinenses na construção da imagem do estado, uma vez que essas etnias não se encaixavam no modelo europeu, bastante germanizado, de trabalho.

Marcos Vinícius Saturno Ribeiro aborda a complexa situação dos imigrantes alemães em Santa Catarina no período da Segunda Guerra Mundial. O autor discute como estes imigrantes ficaram divididos entre a cultura de seu país de origem, suas opções políticas e a política de nacionalização do governo Vargas naquele momento.

Assunto polêmico em nível nacional, a Farra do Boi – evento que acontece especialmente em algumas cidades litorâneas catarinenses e que sempre suscita discussões acerca de seu caráter cultural ou criminal – é discutida por Mickaelen Ramos no artigo intitulado “Farra do Boi: de cultura a violência”. A autora relaciona as discussões contidas nos autos do processo de Ação Civil pública contra o Estado de Santa Catarina, que exige o fim de tal prática e demonstra a transformação do acontecimento que era visto inicialmente como uma das expressões culturais de um povo e passou a ser tratado como atos de violência contra os animais.

Em “A pesca e a Festa da Tainha na formação da açorianidade” Maycon Luiz Conceição mostra a importância desses eventos para a invenção e o reforço do conceito de açorianidade. O autor discute, ainda, que a tradição açoriana do litoral catarinense foi construída com discursos a partir de meados do século XX, no intento de valorizar o povo litorâneo que se encontrava em uma posição desfavorável no cenário estadual em relação aos habitantes do Vale do Itajaí, vistos como trabalhadores, dinâmicos e bem sucedidos.

O trabalho de Alda Cristina Duarte Pereira apresenta um Franklin Cascaes para além dos estereótipos, mergulhando na obra em si e discutindo o quanto há de modernidade e ao



mesmo tempo de nostalgia nas expressões do artista. Problematiza, assim, uma ideia de “tradicional” catarinense como se tratasse de algo simples e sem contradições internas.

Isabel Cristina Hentz
Maria Girardello Gatti
Mirian Alves do Nascimento

